

ARTIGO

OCTAVIO IANNI, DITADURA MILITAR
E A AMAZÔNIA

Resumo

Neste artigo visamos apresentar algumas categorias fundamentais para compreendermos as análises do sociólogo Octávio Ianni sobre a Ditadura Militar e o processo de “desenvolvimento capitalista” na região amazônica. Tal esforço se realiza por meio de uma revisão bibliográfica que explicita as problemáticas centrais que o autor estabelece para deflagrar as articulações históricas entre o projeto de Brasil da Ditadura Militar e a região amazônica.

Palavras-Chave:

Desenvolvimento; capitalismo; ditadura militar; Amazônia.

Abstract

In this article we aim to present some fundamental concepts to understand the analysis of the sociologist Octavio Ianni regarding brazilian military dictatorship and the process of “capitalist development” in the Amazon region. This is done through a literature review stating the core issues that the author established to illustrate the historical links between the Military Dictatorship’s project for Brazil and the Amazon region.

Keywords:

Development; capitalism; military dictatorship; Amazon.

* Professor do curso de Ciências Sociais da UFRR. Doutorando em Desenvolvimento Econômico no IE-
-Unicamp.

No pós-guerras, com a polarização entre EUA e URSS, instaura-se a necessidade de projetos de “desenvolvimento” e/ou “modernização” que possibilitassem a superação das misérias oriundas das guerras, das crises econômicas ou próprias de sociedades de um passado recente de exploração colonial ou neocolonial. Neste período a América Latina viveu o auge de suas formulações teóricas sobre o subdesenvolvimento e a dependência, tendo como centro dos embates as teorias e políticas econômicas da Cepal. Este é o pano de fundo das formulações teóricas que serão estabelecidas nacionalmente e polarizadas em instituições como o ISEB, ESG e a “Escola Paulista”. Naquele momento estava em jogo possibilidades de mudanças significativas na transformação capitalista do Brasil, uma disputa em torno de projetos de um Brasil “moderno”¹.

O sociólogo paulista, Octávio Ianni (1926-2004), faz parte de um grupo de intelectuais que buscou compreender a realidade brasileira e latino-americana para intervir neste processo de mudança em andamento. Para tanto, suas análises não se limitavam a uma especialização isolada: tinha necessidade de uma apreensão da totalidade².

No presente artigo objetivamos apresentar alguns aspectos da formação de Octavio Ianni, bem como, certas categorias fundamentais para compreendermos suas análises sobre a Ditadura Militar e o processo de “desenvolvimento capitalista” na região amazônica.

Realizaremos também uma revisão bibliográfica por meio do resgate das problemáticas centrais que o autor estabelece ou possibilita ao deflagrar as articulações históricas entre Ditadura e Amazônia.

Em nossas *Considerações Finais* buscaremos desenvolver uma reflexão entre as perspectivas de “desenvolvimento” atual da região amazônica a luz das análises de Ianni sobre o processo de “desenvolvimento com segurança”, que se deu durante os governos ditatoriais.

¹ As “ideias de Brasil moderno” constituem a base para a criação das ciências sociais no país: “Sim, no Brasil as ciências sociais nascem e desenvolvem-se marcadas pelo desafio: compreender as condições e as possibilidades do Brasil Moderno” (IANNI, 1994, p. 45).

² A mera menção do termo totalidade é o suficiente para causar, atualmente, urticárias-acadêmicas – em especial no âmbito da sociologia. Mas o fato é que Ianni tende a delinear em sua obra a totalidade da transformação capitalista no Brasil. Talvez essa seja a maior influência que o autor herda do marxismo. Lembremos que na obra de Marx: “A totalidade é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinação da existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo”. (LUKÁCS, 2012, p. 297).

Período de formação

Ianni inicia suas publicações ainda nos anos 50, período chave da transformação capitalista do Brasil. Algumas de suas primeiras obras se voltam às várias etapas do processo de industrialização nacional e, não raro, se estendem em suas análises até o momento em que o autor escrevia. Desta forma, conseguiu destacar em várias obras tanto elementos estruturais, que atravessam a constituição do capitalismo nacional, como sua ligação com o processo histórico em fluxo.

O sociólogo pertence “à geração dos que ‘descobriram’ a América Latina através de Literatura, da solidariedade a Cuba, do ‘nacionalismo’ [...] dos anos 50 e 60, e finalmente do exílio político” (CANDIDO, 1996, p. 19). Se alça como intelectual de nível internacional a partir de sua atuação na Universidade de São Paulo, mais especificamente, na chamada *Escola Paulista de Sociologia*³.

Esta “Escola” expressou o esforço realizado por um grupo de pesquisadores – a partir da cadeira de Sociologia I da USP – capitaneado por Florestan Fernandes⁴, desde 1953 e que se estende até 1968. A partir desta instância desenvolveu-se um padrão de trabalho coletivo, até então inédito no país, (Cf., ARRUDA, 1995) que gerou frutos como o seminário *Economia e Sociedade no Brasil*⁵ e o *Cesit*⁶, com vistas à implantação e difusão de uma sociologia aplicada. Tal esforço coletivo se traduziu em uma “bem sucedida” empreitada intelectual; ainda que Florestan Fernandes tenha lamentado, mais de uma vez⁷, os rumos da experiência:

³ Ao menos dois autores trabalharam a ideia de “escola paulista de sociologia” ou “escola sociológica de São Paulo”. São eles respectivamente Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995) e José de Souza Martins (1998).

⁴ O próprio Florestan negava peremptoriamente a existência desta “Escola”: “Nos últimos anos, tenho recebido muito incentivo – com maior frequência no país, mas também do exterior – para escrever uma espécie de autobiografia ou, pelo menos, para explicar como surgiu o que alguns chamam, por falta de imaginação, de “a escola paulista de sociologia”. [...] Não tenho importância intelectual para tanto. E ainda menos, para “explicar” uma escola que não existe e nunca existiu” (FERNANDES, 1977, p. 140).

⁵ “Havia o projeto *Economia e Sociedade*, de 1962, que era referência dos projetos desenvolvidos na cadeira de Sociologia I. O centro das preocupações desse projeto era a questão da resistência às mudanças, um tema muito forte em sua sociologia quando tratava das dificuldades para transformar o país em um país democrático, moderno” (MARTINS, 1998, p. 153).

⁶ “O CESIT [Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho] marca uma transição na linha de pesquisa do grupo de sociólogos uspianos reunidos na Sociologia I. Depois de se deter por vários anos sobre a questão das relações raciais no Brasil, o grupo passa a preocupar-se com as questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro” (ROMÃO, 2006, pp. 21-22).

⁷ Sobre as críticas de Florestan ao trabalho realizado no período ver: *A sociologia no Brasil* (1977); e a segunda edição de *Mudanças sociais no Brasil* (1979).

Quanto a Octavio Ianni [...] Torneio, com Fernando Henrique Cardoso e outros, vítima de frustrações que me fizeram pensar em uma “geração perdida”. [...] Não somos culpados, em qualquer sentido! Mas ajudamos a forjar os monstros e as ruínas contra as quais desgastamos o melhor de nós mesmos, para darmos “a volta por cima” e redefinir o significado de nossa persistência e do espaço de futuro que ainda usáramos como um aríete nos combates da história, que se convertem em civilização. (FERNANDES, 1996, p. 11)

A partir de 1958, paralelamente aos esforços centrados na cadeira de Sociologia I, Ianni passa a compor o grupo O capital, também conhecido como “Seminário Marx” – este capitaneado pelo filósofo José Arthur Giannotti (Cf., RAGO FILHO, 2008). Tratava-se de uma confraria de jovens intelectuais de esquerda e de composição multidisciplinar (na qual estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia) que começaram a se reunir fora da universidade “para estudar com mais proveito, a salvo da compartimentação e dos estorvos próprios à instituição”, mas estabelecendo uma “ligação deliberada da leitura de O capital ao motor da pesquisa universitária”, o que “iria modificar o quadro e deixar a cultura marxista anterior em situação difícil” (SCHWARZ, 1999, pp. 87 e 90).

Destas duas experiências – a primeira com conquistas amplas no âmbito acadêmico-institucional e a segunda buscando firmar uma interpretação própria de Marx e do marxismo, em oposição ao PCB – emergem uma imagem de Brasil que dá base à criação de uma “analítica paulista”⁸ que aos poucos vai ganhando hegemonia dentro dos debates intelectuais sobre o Brasil, principalmente a partir dos anos 70. Seu caráter hegemônico se traduz claramente por meio das três “teorias” que estes intelectuais ajudam a desenvolver e difundem amplamente: a da dependência, a do populismo e a do autoritarismo⁹.

Estas experiências coletivas, que podem ser entendidas como parte do período de formação de Ianni, vão se inviabilizar a partir do acirramento da Ditadura Militar em 1968, quando os militares impõe definitivamente seu próprio projeto de Brasil¹⁰.

⁸ Para uma crítica da “analítica paulista” Cf. CHASIN, 2000.

⁹ Há diferença na posição teórica dos vários autores que compõem a “analítica paulista”, mas não é difícil verificar que todos eles ajudam a inserir estas teorias no centro do debate nacional e com uma congruência interna razoável entre as posições de maior destaque. Notavelmente as análises de Fernando Henrique Cardoso compõem a principal expressão desta “analítica”.

¹⁰ “A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, produziu um modelo para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. É claro que o modelo denominado segurança e desenvolvimento não surgiu pronto, delineado, desde o começo. Foi elaborado ao longo dos anos 1949-64. E nos anos seguintes, desde 64, quando posto em ação, ganhou outros desdobramentos práticos e ideológicos” (IANNI, 2004b, p. 260).

A participação de Octavio Ianni nestes empreendimentos intelectuais nos ajuda a compreender melhor a natureza da obra do autor, bem como, de maneira reflexa, as possibilidades de interpretação do Brasil que surgiram no grupo. No presente artigo nos limitaremos a analisar a contribuição singular de Ianni, mas, a título de exemplificar a complexidade do problema, vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso – que vivenciou um processo formativo na USP muito próximo ao de Ianni – desenvolve, em sua obra e desdobramentos políticos, posições diametralmente opostas ao do autor aqui analisado, ainda que haja entre os dois uma confluência de terminologias, referenciais teóricos, etc.

Esta diferença se expressa com grande força na forma em que ambos tratam a empreitada ditatorial: enquanto para Octavio Ianni a Ditadura representa amplamente um processo contrarrevolucionário¹¹, em Cardoso, os militares trataram de levar à frente as tarefas necessárias à “revolução burguesa” no Brasil. Como nos aponta Ivan Cotrim:

Desta forma o golpe militar de 64 não poderia ser tratado como uma fatalidade do destino, ou, como afirma Cardoso: “Não penso que 1964 estivesse inscrito inexoravelmente na lógica econômica da história”; contudo, ele não indica outra alternativa para o que entende por desenvolvimento econômico, e ainda justifica-se dizendo que “o estabelecimento do processo de acumulação necessitava da prévia desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares, tarefa que o golpe de 64, no seu aspecto repressivo, cumpriu imediatamente”. (COTRIM, 2001, p. 153)

Enquanto Ianni denuncia a subordinação do país ao Imperialismo e suas consequências nefastas para a população – como veremos mais adiante –, para Cardoso o que estava em jogo era uma “associação” considerada de tal forma que “reduz radicalmente o caráter subordinado da economia brasileira” (*Ibid.*, 154).

Em resumo, para Cardoso a intervenção ditatorial no âmbito econômico é vista com simpatia por cumprir tarefas necessárias para o desenvolvimento do país, ainda que o “autoritarismo burocrático” seja condenável. Já para Ianni, tanto os aspectos econômicos quanto os políticos são amplamente condenáveis na medida que aprofundam o caráter dependente do país.

¹¹ Cf. *Revolução e contra-revolução*. In: IANNI, 2004b.

Particularidade do pensamento de Octavio Ianni

a complexidade das tarefas reservadas ao sociólogo e a envergadura das suas contribuições dependem, em última instância, dos temas que lhe são postos pela sociedade. (IANNI, 1976, p. 26).

As contribuições de Octavio Ianni buscaram estar à altura das demandas sociais de sua época, que se traduziam em problemas como: a composição das classes sociais no Brasil, a particularidade do Estado brasileiro, a atuação do Imperialismo na América Latina, os modelos de desenvolvimento econômico, o papel dos intelectuais, entre outros.

Realizou um trabalho sociológico, tomando a sociologia não apenas como “uma ciência do presente, nem somente uma técnica social de resolução de problemas sociais”. Para ele “a sociologia se constituiu como ciência voltada principalmente para configurações e processos histórico-sociais” (IANNI, 1978, p. 3)¹².

Destaca-se dentro de suas análises sociológicas o processo de estratificação social, que é tido como processo estrutural que fornece os dois elementos centrais para grande parte de suas interpretações:

[...] a maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente. E a maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político (*Ib.*, 1978, p. 11).

Destarte, a organização do modo de produção e a repartição do produto social está na base da estrutura social, mas esta não se organiza apenas no nível econômico, diz respeito também a estruturação política: a forma de dominação. Se revisarmos as produções de Ianni facilmente verificaremos como os estudos do autor privilegia amplamente essas duas esferas de análise.

Em consonância com esta constatação, tanto as análises que fez da Ditadura Militar, quanto suas pesquisas sobre a Amazônia, devem ser contextualizadas em um

¹² Os vários ângulos da compreensão de Ianni sobre a sociologia podem ser encontrados em seu livro póstumo: *A sociologia e o mundo moderno* (2011). Também no sentido epistemológico, o sociólogo tentou abarcar a totalidade, mapeando os temas clássicos da disciplina e integrando as possibilidades de apropriação dos fenômenos sociais: contudo, faz esse esforço menos como um eclético e mais visando uma “sociologia da sociologia”, expondo as gênese e funções sociais que atravessam as várias expressões da sociologia moderna e contemporânea.

quadrante mais amplo: a transformação do capitalismo brasileiro cujos parâmetros principais são a produção econômica e o poder político, em suas relações endógenas e exógenas. Seu itinerário bibliográfico explicita esse esforço. Lembremos aqui de alguns títulos:

- *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963);
- *Estado e Capitalismo* (1965);
- *O colapso do populismo* (1968);
- *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1971);
- *Imperialismo na América Latina* (1975).

Estes trabalhos contribuíram para compor sua própria imagem de Brasil – que será refinada nas décadas seguintes – e que, como vimos, se soma a um esforço coletivo que ganha uma importância crescente nas análises acadêmicas e intervenções políticas em momentos distintos da vida nacional.

Com uma obra de aproximadamente quarenta volumes, escrita ao longo de cinco décadas, exerceu a crítica posicionando-se ao lado “dos de baixo”, como gostava de dizer seu mestre Florestan Fernandes, com quem compartilhou as lutas no âmbito das ideias. Assim, vemos emergir uma ampla denúncia e profunda análise da subordinação do Brasil que se “modernizava” por meio de uma ditadura militar e sob os auspícios do imperialismo norte-americano. Neste contexto, Ianni articula suas ideias a partir do debate sobre o capitalismo dependente.

Para ele capitalismo dependente e imperialismo são fenômenos reflexos, ou seja, “o conceito de dependência estrutural corresponde, complementar e antiteticamente, ao conceito de imperialismo” (IANNI, 1974, p. 175):

Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variados) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais; isto é, em conformidade com as determinações resultantes do processo econômico e político que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas do tipo imperialista. (*Ibid.*, p. 172).

A dependência se expressa em várias esferas da vida social e historicamente pode deixar marcas mais ou menos relevantes no funcionamento e transformação das sociedades que estabelecem esse tipo de relação. Contudo, “em perspectiva eco-

nômica, a dependência estrutural é produto e condição da internacionalização do processo produtivo. Ela nasce com a ‘divisão internacional do trabalho’ generalizada pela expansão do capitalismo industrial” (*Ibid.*, p. 176).

Esta dependência estrutural pode ter maior ou menor influência dentro dos países que foram alvos das disputas imperialistas, estando o grau de dependência ligado à receptividade ou associação das forças econômicas e políticas do país aos interesses imperialistas¹³. Tal relação, que denota um grau de autonomia dos países dependentes¹⁴, fica clara com a análise que o autor faz sobre o caso brasileiro.

Ao avaliar a atuação dos vários governos brasileiros, dos anos 30 aos anos 70, destaca a tendência de cada um em ampliar ou conter as relações de dependência estrutural no país: fica explícita a variação, principalmente, entre os governos Vargas que tende a afirmar a autonomia do país frente ao governo de Kubitschek e os da Ditadura Militar, que aprofundam o caráter de dependência estrutural do Brasil (*Cf.*, IANNI, 1979).

Como veremos à frente, dentro da compreensão de Octavio Ianni, a atuação imperialista se dá, entre outras formas, se utilizando da atuação do capital monopolista que, segundo o autor, durante o período da Ditadura Militar irá capturar o Estado nacional.

A Ditadura Militar

A Ditadura Militar foi analisada por Ianni em algumas de suas obras, destacadamente: *O colapso do populismo* (1968) e, principalmente, *A ditadura do grande capital* (1981). Como vimos, o autor já vinha acumulando um referencial analítico sobre a transformação capitalista do Brasil em seus aspectos estruturais, portanto, a análise dos governos ditatoriais é um desdobramento normal de suas pesquisas.

No já clássico, *O colapso do populismo*, Ianni realiza um balanço dos governos que ficaram conhecidos como populistas, parecendo “reclamar o populismo como forma adequada do aprofundamento do capitalismo entre nós” (BARBOSA FILHO, 1980, p. 221). Como expressa com clareza em texto posterior ao retomar o tema:

¹³ Para uma análise sobre dependência e imperialismo em Ianni ver ZERMEÑO, 1974.

¹⁴ Esta forma de tratar a dependência é muito próxima a de vários autores no que concerne o reconhecimento de uma dinâmica interna (por meio da luta entre as classes sociais) nos países dependentes. Ou seja, que não entende a ação imperialista como um demiurgo que manipula a sua livre vontade os países dependentes. Cf. CARDOSO DE MELLO, 1983 (Introdução); SANTOS, 2005.

O que está acontecendo, por dentro e por fora do populismo, em sindicatos rurais, sindicatos urbanos, partidos políticos, eleições, greves, comícios, debates e muitas outras atividades políticas do povo em geral, – o que está acontecendo é um avanço real do processo democrático. (IANNI, 2014b, 285)

Ao mesmo tempo, aponta os limites e contradições do “pacto populista”¹⁵ que resultaram na implementação da Ditadura Militar. A Ditadura aqui aparece como o ponto de viragem resultantes das contradições do período “intermediário” da industrialização brasileira, em especial das contradições entre as classes urbanas e rurais:

Pouco a pouco, a massa começa a ganhar fisionomia e o movimento de classe. Os operários da indústria e da agricultura, os camponeses, os empregados de escritório de repartição pública, muitos, milhares, milhões começam a pôr e repor as suas reivindicações econômicas e políticas. Ao longo de 1946-64, há um ascenso geral do povo no processo político. E é contra esse ascenso, contra a metamorfose de massa em classe, que cai toda a brutalidade do Golpe de Estado de 31 de março de 1964 (IANNI, 2004b, p. 286).

Será em A ditadura do grande capital que o autor faz um quadro de corpo inteiro da estruturação e funcionamento da Ditadura Militar brasileira. Porém, lançado em 1981 – ou seja, antes da finalização do período ditatorial – não contamos com uma análise sintetizada do autor sobre o processo da “abertura democrática”.

Neste livro, ele retoma elementos de análises anteriores como a ideologia do planejamento social e econômico, mas abre também outras frentes de análise, abordando além da questão urbana – vinculada ao processo industrial –, a questão rural tomando duas regiões chaves para a intervenção ditatorial: o Nordeste e a Amazônia.

Instaurada com um golpe de Estado, em 1964, a Ditadura Militar conta com amplo apoio das classes médias, que se tornaram importantes no período. Para Ianni estas classes médias revelaram-se uma massa dócil às soluções autoritárias contra a massa operária e seus porta-vozes (IANNI, 1968, pp. 137-142). Por outro lado, aponta como a militarização da política está amplamente presente na história brasileira e que, neste caso, é aguçada pelas tensões e contradições entre grupos e classes sociais em luta.

Mas o golpe militar não se trata de um acontecimento puramente político ou militar, possui raízes econômicas importantes. A política econômica da Ditadura

¹⁵ A “teoria do populismo” nos parece problemática em várias de suas vertentes. Um boa crítica sobre o populismo em geral e também sobre o populismo na obra de Ianni se encontra em: BARBOZA FILHO, 1980.

Militar não traduziu um programa de desenvolvimento econômico, mas sim uma modernização do sistema econômico¹⁶:

Trata-se de uma política destinada a “aperfeiçoar” as instituições e as relações econômicas. Em plano interno, é preciso garantir o seu funcionamento, sem os riscos das tensões geradas e agravadas com as transformações estruturais, que se tornavam urgentes ou se impunham praticamente. Em plano externo, é necessário garantir a integração no capitalismo mundial e facilitar a movimentação dos fatores da produção (IANNI, 1968, p. 198).

Apesar de se valer dos militares, tratou-se de uma “ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial” (Cf. IANNI, 1981). A partir da doutrina de *segurança e desenvolvimento*, há uma reorganização e concentração de poder do Estado de modo a favorecer e impulsionar a acumulação monopolista no Brasil. Inaugura-se, assim, uma “fase especial” do capitalismo brasileiro: “cresceram a concentração e a centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade com as determinações do imperialismo” (*Ibid.*, p. 35).

Os dados de 1974, destacados pelo autor, nos revela uma supremacia das empresas estrangeiras que alcançam um faturamento de 42,8% em relação às empresas nacionais que chegam a 32% e às estatais com 25,2%. Neste tripé, “a ditadura foi levada a transformar (ainda mais acentuadamente do que em décadas anteriores) o Estado em uma espécie de ‘capital coletivo’” (*Ibid.*, p. 46). Contudo, favoreceu-se a supremacia imperialista sobre o conjunto da economia. Tendo como principal instrumento da economia a política salarial pautada no “arrocho”:

Depois de 64, desenvolveram-se tanto a pauperização relativa como a absoluta, de tal forma que a burguesia monopolista, nacional e estrangeira, pode realizar uma espécie de mais-valia extraordinária. Na medida em que a ditadura reprimiu política e economicamente a classe operária, as taxas de expropriação cresceram. Foi esse o fundamento do “milagre brasileiro”, do “milagre econômico” que a indústria cultural do imperialismo passou a decantar no Brasil e em âmbito internacional (*Ibid.*, p. 79).

¹⁶ Ianni diferencia modernização da econômica ou do sistema econômico de modernização da sociedade brasileira, vejamos: “Sob vários aspectos, a revolução econômica realiza-se plenamente. Ou a modernização da economia brasileira alcança pleno êxito. [...] Entretanto, a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldade, deparando-se com obstáculos diversos” (IANNI, 2004b, pp. 119 e 120).

Para o autor, o Estado foi capturado pelo capital monopolista, fato que fica claro ao analisarmos a intervenção da Ditadura Militar na região amazônica.

A questão amazônica

Na bibliografia de Ianni destacam-se três livros¹⁷ cujo foco central é a região amazônica:

- A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia (1978);
- Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia (1979);
- Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978 (1979).

Em *A luta pela terra*, apesar do autor se deter na análise de um único município, Conceição do Araguaia, seus estudos abarcam oitenta anos de história:

A história das relações econômicas e políticas desenvolvidas ali, de 1879 a 1977, mostra como se desenvolve a luta pela apropriação e uso da terra; mostra como a terra é inserida na trama das relações das classes sociais; como o capitalismo chega e estende-se pelos campos de Conceição do Araguaia (IANNI, 1978a, p. 5).

Ao favorecer um recorte temporal mais amplo, Ianni retoma a fase na qual a Amazônia passa por um de seus maiores surtos econômicos, é dizer, o período da borracha¹⁸. Com isso, ele pode apreender as principais relações sociais que são estabelecidas no período anterior a intervenção ditatorial, não só na fase em que a região se dobra à demanda externa de comercialização da borracha, mas também na fase intermediária, na qual há uma acomodação à economia “campesina”:

Ao longo dos anos 1912-1960, o município de Conceição do Araguaia teve uma economia extrativista diversificada, combinada com agricultura e pecuária. Além da coleta, caça e pesca, houve roças e criações. A produção econômica destinava-se a atender principalmente às exigências do consumo de caboclos, sitiantes fazendeiros, agregados, empregados, funcionários, professores, religiosos, policiais, comerciantes, e outros, no campo e na cidade.

¹⁷ Os três estudos estão ligados à atuação de Octavio Ianni no Centro brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.

¹⁸ Segundo Roberto Santos (1980), o surto gomífero tem sua principal expansão entre 1840 e 1910.

[...] Houve uma espécie de camponezação geral da sociedade local, devido ao drástico enfraquecimento do segmento mercantil (*Ibid.*, pp. 74 e 87).

A região do Araguaia é especialmente significativa na medida em que foi o local da principal guerrilha que se estabelece em oposição aos governos militares, ainda que, segundo o autor, não houvesse, naquele momento, informações seguras sobre o processo. De forma que sua apresentação da guerrilha se limita a dois parágrafos e uma longa citação que aglutina dados de jornais e revistas da época.

Apesar de o livro *A Luta pela terra* estar vinculado nitidamente aos estudos sobre a Amazônia, este trabalho pode ser relacionado com a monografia *A classe operária vai ao campo* (IANNI, 1984), publicada pela primeira vez em 1976, na qual o autor realiza um estudo semelhante, porém, sobre Sertãozinho, município localizado no “segundo Oeste” paulista.

O próprio Ianni não faz, até onde saibamos, nenhuma articulação direta entre os dois estudos realizados em dois municípios tão distantes um do outro. Mas, ao analisarmos os trabalhos, verificamos que ambos são abordados em um período coetâneo e têm como elo o fato de serem locais estratégicos das duas regiões nas quais se realizavam os dois principais processos de acumulação da época: a exportação de borracha extraída na Amazônia e a exportação de café produzido em São Paulo.

Por outro lado, os estudos abordam um momento chave para a criação dos pressupostos da industrialização nacional como é, por exemplo, o problema da mão de obra. É no final do século XIX que o Brasil conhece os dois grandes movimentos populacionais com a corrente imigratória de origem europeia para trabalhar nas fazendas de café em São Paulo e da migração de nordestinos para os seringais da região amazônica.

Como sabemos, o resultado das duas empresas são completamente diversos. Enquanto São Paulo se torna o centro mais industrializado do país, após a experiência com o café, a economia da Amazônia declina chegando mesmo em algumas regiões ao quadro expresso por Furtado:

Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar o seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. [...] o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que

o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra (FURTADO, 1995, pp. 134-135).

A extensão do período abordado nos trabalhos nos permite verificar também o retorno do interesse pelas regiões durante a Ditadura Militar, revertendo o processo que chamou de camponezação ou reforma agrária espontânea, favorecendo mais uma vez a concentração de terras e a produção do tipo latifundiária.

O problema da mão de obra na região amazônica durante o período da Ditadura Militar será retomado em *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*, contudo, demonstrando agora a amplitude da intervenção ditatorial que visava integrar o país:

A forma pela qual o Estado foi levado a dar início e desenvolver a colonização dirigida, oficial e particular, na região amazônica, repõe o problema da estrutura fundiária, tanto na Amazônia, como no Nordeste, Sul e outras regiões. Simultaneamente, repõe o problema da movimentação dos trabalhadores rurais das várias regiões, no âmbito da sociedade brasileira. (IANNI, 1979a, p. 7).

Ainda que tenham criado um Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) que previa uma reforma agrária e a colonização, os governos militares acabaram por realizar apenas a última. Assim: “a política de colonização é apresentada como política de reforma agrária” (*Ibid.*, p. 125). Sua conclusão geral é que, no essencial, realizou-se, na verdade, um processo de contrarreforma agrária.

As iniciativas de colonizações espontâneas na região amazônica – que se ampliaram com o processo de abertura de estradas e a publicidade estatal – tendiam, segundo o sociólogo, a uma reforma agrária efetiva. No entanto, os governos reverteram o processo por meio de políticas de colonização dirigida, seja ela estatal ou particular:

Ao mesmo tempo, essa colonização dirigida se articula com a criação e a expansão da empresa privada de agropecuária e outras atividades, com a proteção e o incentivo econômico e político de órgãos estatais como a SUDAM, INCRA, BASA, FUNAI e outros. Isto é, a colonização dirigida se configura como uma contrarrevolução agrária [...] (*Ibid.*, p. 126).

De fato distribui-se alguma terra na Amazônia, mas para não se distribuir nenhuma no Nordeste, no Sul e em outras regiões: isto em benefício da burguesia rural que apoiou amplamente o golpe militar.

Em sua obra central sobre a transformação capitalista da Amazônia, *Ditadura e Agricultura*, Ianni acentua a relação basilar entre Estado e o capital monopolista, demonstrando como “as medida governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo” (IANNI, 1979b, p. 15).

Desde o começo, os governos militares foram levados a comprometer profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Trataram de privilegiar o caráter dependente da economia brasileira e reduzir ao mínimo, ou mesmo anular, o elemento de autonomia que também estava presente no conjunto do sistema econômico. [...] O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporação transnacional (*Ibid.*, p 17).

Sob a Ditadura o país torna-se um vasto enclave do imperialismo: “O que já era uma tendência predominante nas décadas anteriores, adquiriu maior força, amplitude e intensidade quando o capital monopolista capturou quase que totalmente o aparelho estatal” (*Ibid.*, p. 25).

A política econômica desde 1964 buscou no endividamento externo um de seus pontos de apoio. Para seus idealizadores, tratava-se de “absorver poupança do resto do mundo”, trazendo dinheiro que os outros economizaram para investi-lo aqui em atividades produtivas, ora: “O resultado deste processo só poderia ser um crescimento acelerado da dívida externa que tinha crescido 25% em duas décadas (1946 a 1964) e se elevou em 1500% entre 1964 e 1978” (*Ibid.*, p. 29).

O capital estrangeiro estará presente tanto na indústria como na agricultura, no setor financeiro e comercial. A lógica da “economia aberta” dava ênfase na exportação (de base agrícola e não agrícola). Baseava-se em um mercado interno restrito e num mercado externo em expansão.

Durante o chamado “milagre econômico” (1968-1973) cresceu o produto interno bruto, mas entre 1964 e 1976 cresceu ininterruptamente as exportações. A partir de 1971 – portanto, antes da crise do petróleo – as exportações não estavam mais cobrindo as importações (*Ibid.*, p. 42).

Assim, o Estado e a economia nacional mantiveram-se prisioneiros do capital estrangeiro: favoreciam a produção de mercadorias para exportação (pois geravam

divisas) visando equilibrar a balança comercial e pagar os capitais externos (portanto, cotados em moeda estrangeira); para assim importar mais capital externo e repetir o processo. Ou seja, se mantinham presos a um círculo vicioso.

Nesse círculo vicioso, cresce a exportação brasileira de mais-valia. Se é verdade que alguns setores de classe média, principalmente tecnocratas, beneficiaram-se dessa política econômica, o que de fato ocorreu foi uma maciça concentração e centralização do capital, fortalecendo amplamente o poder econômico e político da grande burguesia nacional e estrangeira. Tudo isso com base na expropriação agressiva e repressiva do proletariado industrial e agrícola (*Ibid.*, p. 48).

Nas palavras do próprio Geisel: “Não exportamos porque nos falte vontade ou imaginação para ampliar o mercado interno. Exportamos porque precisamos importar bens e serviços essenciais que se destinam a esse mercado” (GEISEL apud *Ibid.*, p. 51).

O “milagre econômico” demonstrou, assim, ser mais um dos surtos que caracterizam o sentido dado ao país desde a colonização, já ressaltado por Caio Prado Júnior (1986) nos anos 40. Ou seja, “a rigor, o modelo de ‘economia aberta’, ou dependente, adotado desde 1964, reativou a economia primária exportadora constituída histórica e estruturalmente com a formação social brasileira” (IANNI, 1979b, pp. 51-52).

Antes de 1964 já havia na região amazônica uma articulação mercantil na agricultura e na pecuária, no entanto, o grande peso da produção era destinado para o autoconsumo ou a um comércio limitado e local. Em grande medida, a economia da região se articulava amplamente se valendo de atividades extrativistas. Contudo, entre 1964 e 1978, a atuação estatal na Amazônia se rearticulou sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional:

Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicações, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial. (*Ibid.*, p. 60)

Neste período, se intensificou e generalizou as transformações econômicas da região com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966, pois “foi a partir da criação da Sudam que começaram a ganhar maior dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais

e de mineração”, e, assim, “em poucos anos a SUDAM, o BASA [Banco da Amazônia S. A.] e o BB [Banco do Brasil] passaram a atuar de modo articulado no sentido dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos públicos e privados da região” (*Ibid.*, p. 61).

As iniciativas governamentais adotadas geraram mudanças mais ou menos notáveis em praticamente todos os níveis da sociedade amazônica. Contudo, destaca-se a transformação da Amazônia em uma dupla fronteira:

Por um lado a política estatal para a região permitiu dinamizar e diferenciar as suas exportações. Com isso cresceu a sua capacidade de produzir divisas para pagar dívidas, para que o “modelo de economia aberta” pudesse ter continuidade, e o capital monopolista (nacional e estrangeiro) pudesse prosseguir a acumulação agressiva e repressiva em que se achava lançado. Por outro lado, a Amazônia se transformou numa região importadora, cada vez mais importante, de produtos industriais ou insumos para fins industriais. Nesse duplo sentido, a Amazônia representou e representa uma dupla fronteira para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo monopolista que capturou amplamente o Estado brasileiro em 1964 (*Ibid.*, pp. 71-72).

Como resultado da concentração de terra em prol do capital monopolista os principais atingidos por esta forma de transformação capitalista são os posseiros e os índios, que são literalmente massacrados. A violência das lutas pela terra no período são aterradoras e estão ainda por serem amplamente debatidas pela sociedade brasileira. Não há autor que sustente a ideia da Ditadura Militar brasileira ter sido “branda” ao ver os relatos de verdadeiros genocídios ocorridos na construção da BR-174¹⁹, entre vários outros. Já, em 1978, Octavio Ianni pode demonstrar amplos indícios dos massacres que ocorreram contra posseiros e indígenas, dedicando capítulos inteiros para tratar do tema.

Geopolítica e “Acumulação Originária”

Seguindo as análises de Ianni, a história da Amazônia, desde 64, coloca e recoloca principalmente as seguintes questões:

¹⁹ “A Comissão Nacional da Verdade começou a investigar, em outubro deste ano, o desaparecimento de aproximadamente 2.000 índios da etnia Waimiri-Atroari durante a ditadura militar. O sumiço dos indígenas, cujo território se estendia de Manaus até o sul de Roraima, ocorreu entre 1968 e 1983, época em que o governo federal construiu a rodovia BR-174 – ligando a capital amazônica a Boa Vista – para atrair à região projetos de mineração de multinacionais”. (BALZA, 2012).

- a) geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo;
- b) acumulação primitiva e luta pela terra;
- c) ditadura e fronteira.

Desde o começo os militares foram levados a adotar várias políticas para a Amazônia que passaram a dinamizar e orientar as atividades econômicas, públicas e privadas da região. No geral, a Ditadura optou principalmente por duas políticas para a Amazônia: “uma, de inspiração geopolítica, destinada a refazer e reforçar os laços da região como o conjunto do País, em especial o centro-sul, econômica, política, militar e culturalmente dominante” e a “outra, de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo” (IANNI, 1981, p. 132).

As duas políticas se conjugaram e se combinaram, como por exemplo, na construção das rodovias que visavam a “segurança nacional” e o “desenvolvimento econômico”. Mesclando e confundindo razões geopolíticas, como a questão das fronteiras e com as razões do capital: “e esse é um traço fundamental da fisionomia e do desempenho da ditadura militar” (*Ibidem*).

A luta pela terra não era algo novo na região, estava presente desde os tempos coloniais com as drogas do sertão e no período do ciclo da borracha, contudo até então o problema da terra era bastante secundário, poucos se preocupavam com os títulos das terras. Com a luta pela terra instaurada pela Ditadura Militar é que se desenvolve o processo que o autor denomina “acumulação primitiva”:

As terras devolutas, tribais e ocupadas começaram a ser apropriadas por negociantes de terras, grileiros, latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo, à medida que as terras são monopolizadas por grandes proprietários, expropriam-se índios e caboclos, posseiros antigos e recentes, que se transformam em assalariados permanentes e temporários. Em geral, a expropriação de índios e trabalhadores rurais, que acompanha a monopolização das terras por grandes proprietários nacionais e estrangeiros, envolve também muita violência privada e estatal contra posseiros e índios (*Ibid.*, p. 135).

Como é sabido, a ideia de acumulação primitiva (ou originária) compõe um dos capítulos de *O capital*, de Karl Marx, no qual ele se contrapõe à concepção de Adam Smith, demonstrando com se deu historicamente a origem do capitalismo por meio de uma série de processos de expropriação. De forma que “a história desta expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas diferentes” (MARX, 1984, p. 831), tais como a colonização escravista das Américas, a expulsão dos servos das terras em que trabalhavam

na Inglaterra, a pirataria e outros mecanismos pautados amplamente na violência. Marx deixa claro que este tipo de acumulação é “considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 1984, p. 830).

As citações reiteradas de Octavio Ianni sobre o processo de acumulação primitiva que se realizou na Amazônia durante a Ditadura se assemelham e, ao mesmo tempo, destoam da concepção marxiana. Em primeiro lugar porque em Marx o processo aparece claramente como momento histórico que deu condições para criação do capitalismo. Ainda que enfoquemos no processo descrito por Ianni como parte do desenvolvimento do “capitalismo brasileiro”, faria mais sentido focalizar a acumulação primitiva que vai gerar a industrialização nacional no período entre 1808 a 1930, como faz, por exemplo, Florestan Fernandes²⁰. Contudo, no momento em que Ianni escreve sobre a Amazônia a industrialização brasileira já esta bastante desenvolvida, sem falar no capitalismo em nível mundial.

Por outro lado, a forma de atuação do capitalismo por meios “extra econômicos”, mediado pelo Estado e promovendo tal grau de barbárie, de fato lembra o processo descrito por Marx.

O problema sobre o tema da acumulação primitiva na obra de Ianni começa a ganhar maior clareza quando retomado pelo autor em seu artigo *Formas sociais da terra*, escrito em 1983, no qual escreve:

A acumulação originária compreendida principalmente como um processo estrutural (e não apenas em termos da gênese do capital) tem sido responsável pela extensa e intensa monopolização de terras devolutas, tribais, ocupadas e outras. Isso implica a transformação, ou rearranjos, das relações entre índios, sitiantes, caboclos, posseiros e outros trabalhadores rurais com a terra, enquanto objeto e meio de produção. Generaliza-se o divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção. E intensifica-se a violência entre a privada e pública, de modo a favorecer a monopolização da terra, a proletarianização de trabalhadores rurais, inclusive índios (IANNI, 2004, p. 187).

Portanto, para o autor, o peso do conceito não recai sobre o processo histórico. Assim, Ianni se adianta, ainda que de forma menos esclarecedora, ao que David Harvey chama de *acumulação por espoliação*, forma jamais superada pelo Capital.

²⁰ “A Era Neocolonial, cumprirá, segundo o autor, um papel de acumulação primitiva, a partir dos recursos que passam a ficar no país e que serão essenciais para a transformação seguinte que gerará a *Era do capitalismo dependente*”. (CHAGAS, 2011, p. 78).

Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “originário” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” [...] Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas [...] (HARVEY, 2004, pp. 120-121).

Ao retomar os debates sobre o imperialismo, principalmente a partir de Rosa Luxemburgo, Harvey dá uma resolução mais harmônica ao problema identificado por Octavio Ianni, ao lidar com o processo de acumulação a partir da espoliação da região amazônica.

Destarte, a concepção de acumulação por espoliação coaduna amplamente com a conclusão do sociólogo paulista de que as iniciativas destinadas à reconquista geopolítica e capitalista da Amazônia, conjugadas, transformaram a questão fundiária em um grande problema político e econômico, dentre elas: a construção de estradas, a criação e isenção fiscais e creditícios para o capital nacional e estrangeiro, a disponibilização do aparelho estatal para os interesses burgueses (local, regional, nacional, estrangeiro). O crescimento do fluxo do capital levou o afluxo de trabalhadores desempregados (subempregados) de outras regiões.

De um lado, empresas e fazendeiros estimulados pelos incentivos fiscais e pelas facilidades concedidas pelo Governo; do outro, milhares de camponeses de todas as partes do País, atraídos por uma propaganda intensa que sugeria a existência de terras gratuitas para todos [...] A maior parte dos que chegaram ficou sem terra. Uns desde o início. Outros, depois de terem permanecido nela por dois, três, quatro anos. [...] Os fazendeiros ou empresários chegam, apresentam seus títulos de propriedade do INCRA, conseguem a legitimação de posse e depois recorrem às autoridades judiciárias para obter a ordem de expulsão. A polícia e os jagunços se encarregam do resto (Nélio LIMA *apud* IANNI, 1981, pp. 138-139).

Aos poucos “devido ao intrincado e à sucessão dos acontecimentos, muitos não se lembram mais nem da geopolítica nem do capital” (*Ibidem*). O discurso é colocado por governantes e empresários em termos de progresso, desenvolvimento, integração nacional, etc.

Em grande medida a Ditadura Militar recriou a Amazônia como fronteira, visando ocupá-la e integrá-la. A “fronteira amazônica” é o espaço no qual os governantes coloca os excedentes de força de trabalho:

1º cria estoque de mão de obra junto aos empreendimentos governamentais e privados da região;

2º diminui a tensão das contradições sociais do nordeste e no sul.

3º reduz o impacto social das migrações do nordeste para Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

De maneira global, a questão amazônica se articula, na obra de Ianni, por meio da relação de subordinação do campo à cidade. Um dos processos centrais da transformação capitalista:

Há uma articulação entre o poder político-econômico e as atividades agropecuárias e industriais que precisamos desvendar, se queremos conhecer o país. É ilusório pensar que o país se entende apenas através do jogo, ou das posições ou dos artifícios dos discursos governantes, dos políticos ou candidatos. Esta é apenas uma expressão dessa realidade. [...] É indispensável conhecer a maneira pela qual a sociedade agrária e a sociedade industrial se articulam, para entendermos o que é o Brasil de hoje e o que ele poderá ser no futuro próximo (IANNI, 2004, p. 150).

Em suas análises, a ampla disponibilidade de terras permitia aos governos a manipulação da população rural se valendo da transferência do contingente populacional entre regiões. É esta manipulação que possibilitou o processo de “contrarreforma agrária”, por exemplo:

Em vez de se fazer reforma agrária no Rio Grande do Sul, ou fazer um remanejamento da propriedade fundiária em alguns lugares do Rio Grande do Sul, realiza-se uma transferência, pura e simples, das famílias para o Norte do Mato Grosso, ou outras áreas da Amazônia. E com isso não se mexe nas estruturas fundiárias no Rio Grande do Sul (*Ibid.*, p. 145).

Contudo, Ianni via no esgotamento desta possibilidade de manipulação pautada na ampla oferta de terra uma situação na qual o problema dos conflitos deveria ser resolvido:

Se se esgota essa margem de manobra oferecida pela fronteira, pode ser que os problemas se tornem mais agudos, cruciais. Então pode ser que os governantes sejam obrigados a enfrentar de uma maneira direta e mais profunda os problemas das áreas de tensão que a sociedade brasileira tem criado, recriado e multiplicado, ao longo dessas últimas décadas (*Ibid.*, p. 147).

A diminuição deste espaço de manobra, conjugada com a própria transformação do Brasil por meio dessa imensa circulação de pessoas, poderia reformular o

Estado brasileiro de “autoritário” para “democrático”. É dizer, é pela redução da capacidade de manipulação da economia (redução da disponibilidade de terra e migração populacional) que o autor vislumbra a possibilidade de uma democratização efetiva para o país.

Outro elemento que contribuiria para o processo de democratização é a própria reconfiguração das relações sociais que se deu pela intervenção militar, ou seja, “o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo criou novas e surpreendentes possibilidades de reivindicação e luta para operários e camponeses” (IANNI, 2004, p. 172). Para o sociólogo há uma ampliação das contradições sociais devido ao desenvolvimento das classes sociais em escala nacional, o que cria possibilidades novas para uma democratização do país.

Considerações Finais

A Amazônia vive neste momento uma nova rodada de “desenvolvimento” que busca atrelar o “sucesso” da exploração regional ao “sucesso” do desenvolvimento nacional. A previsão é que a região atraia 130 bilhões em investimentos (PEREIRA, 2014). Neste sentido se pronunciou o ex-presidente Lula da Silva, orgulhoso do seu Plano de Aceleração do Crescimento – PAC: “Este país vai se transformar em uma grande potência econômica nos próximos anos. E é graças ao pré-sal, é graças a Amazônia, é graças a biodiversidade” (SILVA *apud* ZIBECHI, 2012, p. 205). A importância da Amazônia aparece também (e novamente) mesclando e confundindo razões geopolíticas, como a questão das fronteiras e com as razões do capital, acentuando seus aspectos estratégicos de “integração regional”, uma vez que é a região do país com maior quantidade de fronteiras:

O governo Lula, portanto, aprofundou a tendência à mudança de percepção em relação à fronteira, que deixou de ser vista como “ameaça” para ser entendida como “oportunidade de desenvolvimento” por meio da integração econômica e política e da cooperação bi ou multilateral. Seguindo a linha traçada por seu antecessor, o governo Dilma Rousseff vem desenvolvendo discussões interministeriais, com participação de diversos órgãos da administração pública, para o lançamento do Plano Brasil Fronteira, com o objetivo de promover uma agenda federal e onze estaduais, coordenadas entre si, para tratar o tema de fronteira de maneira integral, isto é, tratando-o da perspectiva do desenvolvimento nacional e regional e não somente a partir da geopolítica da contenção (MAGRO; RAMOS, 2013, p. 9).

A despeito do processo de “democratização”, tudo indica que essa nova investida do capital na Amazônia tem a potencialidade de ser tão violenta (ainda que em menor extensão) quanto à rodada ditatorial, dos anos entre 1968-1978, descrita por Ianni. Exemplo disto são os confrontos que envolvem as comunidades indígenas, uma vez que se mantém um interesse amplo de explorar as terras já demarcadas²¹, seja na construção de represas – como no caso do Paredão-A no rio Cotingo, dentro das terras indígenas da Raposa Serra do Sol –, seja com a exploração de minério (CUNTO, 2014). A necessidade de concentração de terras para desenvolver o agronegócio, no extremo norte²², também afeta os pequenos produtores e posseiros já instalados na região.

Desta vez as grandes construções não estão centradas nas estradas, mas nas usinas hidroelétricas (ver Fig. 1)²³. Contudo, a lógica “desenvolvimentista” para a região repete, em grande medida, o modelo anterior – na medida em que gera também a concentração de terra favorecendo o agronegócio²⁴ e a mineração ultrapesada²⁵. O impacto social segue sua mesma rota, basta pensarmos que cerca de 8.000 trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica de Jiral se internaram na selva para fugir da repressão policial após o levante contra a construtora Camargo e Correa; a migração de nordestinos para trabalhar nestas obras continua sendo um recurso amplamente empregado – são a maioria dos 40.000 trabalhadores que constroem duas das trinta e uma usinas previstas para a Região (Cf. ZIBECHI, 2012).

²¹ “O nosso país intensificou, nos últimos anos, uma política de crescimento econômico que passa pela exploração dos recursos naturais para a exportação. Este modelo econômico não é novo e já nos legou marcas de desigualdade social e de injustiça ambiental [...] Mesmo não sendo um modelo novo, estamos assistindo a sua intensificação, fazendo lembrar as políticas do mal chamado “desenvolvimento”, que o Regime Militar impulsionou na década de 1970. [...] O Governo Federal propõe-se a multiplicar por quatro a exploração mineral em nosso país até 2030. No decorrer dos próximos anos, incrementará grandes projetos extrativos, razão pela qual se empenha, junto com o Congresso Nacional, pela aprovação do Novo Código de Mineração. Circula ainda na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1610/99. Este Projeto de Lei visa regulamentar a mineração em terras indígenas, sem garantir salvaguardas sobre lugares sagrados nem medidas para proteger a vida das comunidades” (PALOSCHI, 2014).

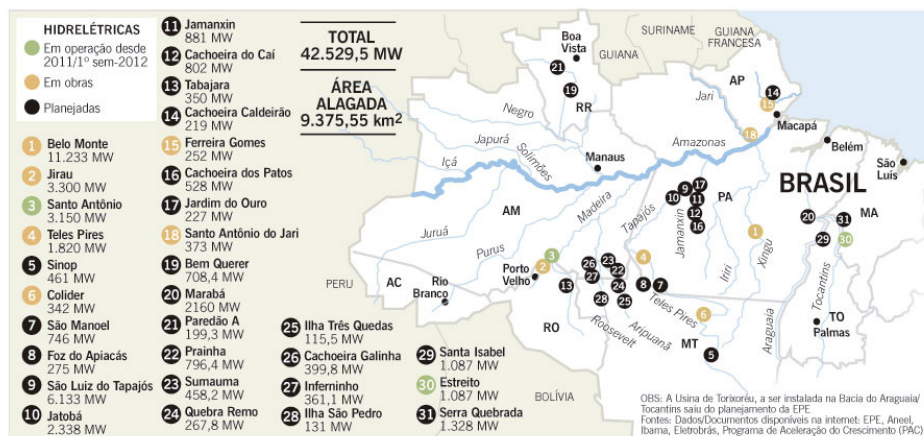
²² “Lavouras do estado do extremo Norte chegam à metade do ciclo com expectativa de produtividade acima da média nacional, mesmo com atraso no plantio” (RIBEIRO; FERREIRA, 2014).

²³ As hidrelétricas da região visam fornecer energia para todo o país e, obviamente, viabilizar a instalação de atividades industriais na região norte.

²⁴ “O movimento de concentração, diz o IBGE, foi puxado pelas grandes culturas de exportação (soja e milho, especialmente), pela profissionalização do agronegócio e pelo avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia e ao Pantanal – impulsionada pela criação de bovinos e pela soja” (BICCA; SOARES, 2009).

²⁵ “O atlas ‘Amazônia Sob Pressão’, divulgado nesta semana pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), pede maior atenção com relação à atividade mineradora na parte brasileira da Amazônia. Entre todas as áreas de mineração que se sobrepõem a territórios indígenas (TIs) da Amazônia, 79% estão concentradas no Brasil” (WALBERT, 2012).

Fig. 1 - Mapa das hidrelétricas em operação, em obra e planejadas



Fonte: (CARVALHO, 2012)

Não por acaso, estes investimentos geram temor nos ambientalistas, já que se trata de algumas das atividades mais poluidoras que existem e, desta vez, com uma capacidade destruidora como nunca vimos antes. Basta lembrar que a Serra Pelada passou a ser explorada recentemente pela mineradora canadense Colossus Minerals, com a utilização do “tatzão”, máquina similar as que constroem túneis para metrô. A despeito da suposta falência da mineradora (DIÁRIO DO PARÁ, 2014), o projeto vislumbrava quilômetros de escavações terra a dentro e demonstrou a potencialidade dos impactos ecológicos que se abrem dentro desta nova rodada de “desenvolvimento”.

Vale insistir, a devastação é tanto da natureza – aclamada como patrimônio universal – quanto da sociedade brasileira e latino-americana. Provavelmente gerará uma camada pequena de técnicos e burocratas bem remunerados, ampliará o comércio e melhorará o acesso terrestre e aéreo em algumas cidades – ou seja, repetirá o aspecto de “sucesso” restrito atingido durante os governos militares. Contudo, tais melhoras acompanharão, provavelmente, uma ampliação do processo de luta cruenta no campo e de favelização, violência urbana, etc. na cidade²⁶.

²⁶ “Não havia pedintes em Porto Velho. Hoje temos uma cracolândia no centro da cidade”, queixa-se Bessa. Entre 2011 e 2012, quando acentuou-se a desmobilização das usinas, o índice de homicídios cresceu 16% na capital de Rondônia. A prefeitura aponta ainda o avanço da prostituição. “Tiveram que ser criadas mais duas varas de família para dar conta do salto nos casos de investigação de paternidade”, conta a promotora Aíde Torquato, coordenadora do grupo de trabalho criado no Ministério Público de Rondônia para acompanhar as obras das usinas (CAMAROTTO, 2014).

Há uma inversão perversa no debate atual sobre o tema que tende a girar em torno do “desenvolvimento sustentável”, discurso este que vem ganhando uma plêiade de definições capazes de tornar qualquer empresa verdadeiros modelos de “sustentabilidade”. O *desenvolvimento sustentável* ocupa hoje o lugar do discurso de *desenvolvimento e segurança* que pautou a intervenção militar.

A ideia de desenvolvimento sustentável é, obviamente, simpática: quem desejaria o oposto? Mas é impotente por se restringir a uma tentativa de reforma do capitalismo que, incapaz de eliminar sua condição básica de se reproduzir de forma permanentemente ampliada – estimulando o consumo desenfreado e se apropriando, para isso mesmo, de matérias primas de forma exponencial –, se limita a falsear o processo.

A ameaça capitalista contra a natureza que é real – e por vezes ganha tons reacionários devido a contraposição do ser humano à natureza, sendo o primeiro “mal” e “degradado” por destruir a natureza que seria “ingênua” e “indefesa” –, significa a ameaça contra o próprio ser humano, uma vez que

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza [...] (MARX, 2004, p 84).

Definição esta que encontra entusiastas, mas que nem sempre é compreendida em sua radicalidade. Pelo contrário, tende-se a falsear os nexos entre a exploração da natureza e a forma específica de sociabilidade que lhe dá suporte: pensa-se o ser humano e a natureza em abstrato²⁷, despidos de suas particularidades e mediações. Tende-se a apagar ou dissolver o fato de que:

Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele. [...] A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da própria existência humana, assim como também na condição de elemento

²⁷ “Mas também a natureza, tomada abstratamente, para si, fixada na separação do homem, é nada para o homem” (MARX, 204, p. 135).

vital de efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza se tornou para ele o homem. Portanto, a sociedade é a unidade essencial completada do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito (MARX, 2004, pp. 106-107).

Em resumo, não haverá desenvolvimento sustentável sem uma forma societária sustentável; não há apropriação equilibrada da natureza, sem uma sociedade equilibrada. A resolução da exploração “insustentável” da natureza, promovida pelo capitalismo, passa pela resolução da exploração insustentável do “homem pelo próprio homem”.

A sanha por acumulação do Capital não tem encontrado limites, pelo contrário, não se constringe em romper limites sociais estabelecidos a custo de gerações de lutas sociais. Assim, parece ampliar formas de acumulação por espoliação em países como o Brasil e se volta mesmo para o interior de antigos bastiões da “civilidade” capitalista – basta uma olhada para o resultado das crises atuais nos países desenvolvidos.

Ao nos voltarmos aos estudos de Ianni sobre a transformação capitalista da Amazônia vemos que há indícios de que o “modelo” ditatorial não foi desmontado, mas sim resgatado ou, se quisermos manter o espírito “sustentável”, podemos dizer que ele foi reciclado. Cabe aos pesquisadores, movimentos sociais, organizações e partidos políticos avançarem na diferenciação entre os dois períodos, no intuito de vislumbrar saídas mais adequadas para uma região fundamental para o futuro da humanidade.

Ainda que este processo atual esteja permeado de incertezas – uma vez que está aberto para o futuro – há ao menos uma conclusão que podemos extrair dos ensinamentos de Octavio Ianni: a compreensão da Amazônia continua – e isso desde a intervenção ditatorial – sendo fundamental para a compreensão da particularidade da transformação capitalista do Brasil. E, devido à importância da região como reserva natural mundial – ou, partindo da posição do Capital, “como estoque de matéria prima” –, trata-se de um polo estratégico para a análise do capitalismo enquanto relação social que se articula mundialmente.

Recebido em janeiro de 2015, aprovado em maio de 2015.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sergio. (org.) História das Ciências Sociais no Brasil, 1995.
- BALZA, Guilherme. Comissão da Verdade apura mortes de índios que podem quintuplicar vítimas da ditadura. UOL, 12 nov. 2012.
- BARBOZA FILHO, Rubem. Teoria do Populismo: uma revisão. Belo Horizonte: UFMG, dissertação de mestrado, 1980.
- BICCA, Alexandra; SOARES, Pedro Cresce concentração de terra no país diz IBGE. Folha de S. Paulo, 01 out 2009.
- CAMAROTTO, Murillo. “Ciclo das hidrelétricas” frustra Porto Velho. Valor. 30 out. 2014.
- CANDIDO, Antonio. Tentativa de perfil. IN: FALEIROS, M. I. L.; CRESPO, R. A. Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Unesp, 1996.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, Cleide. De 23 novas hidrelétricas planejadas na Amazônia, sete serão construídas em áreas intocadas. O Globo. 22 set. 2012.
- CHASIN, J. Ad hominem – rota e prospectiva de um projeto marxista. Ensaios ad hominem, Santo André, tomo III – política, n. 1, 2000.
- CHAGAS, Rodrigo Pereira. Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil. São Paulo: PUC, mestrado, 2011.
- COTRIM, Ivan. O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso. Campinas: Unicamp, dissertação, 2001.
- CUNTO, Raphael Di. Mineração em terras indígenas divide candidatos. Valor Econômico. 18 jul. 2014.
- DIÁRIO DO PARÁ. Mineradora de Serra Pelada vai à falência. 18 fev. 2014.
- FERNANDES, Florestan. O encanto da Vida. IN: FALEIROS, M. I. L.; CRESPO, R. A. Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1979.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978a.

_____. A sociologia e o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. Petrópolis: Vozes, 1979b.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979c.

_____. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: brasiliense, 2004.

_____. Pensamento social no Brasil. Bauru: Edusc, 2004b.

_____. Sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. (org.). Teorias da Estratificação Social: leitura de sociologia. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978b.

MAGRO, Breno; RAMOS, Felipe. Fronteira e Integração fronteiriça. Ciclo de Reuniões Interinstitucionais a Integração norte do Brasil-Venezuela. IPEA, 2013.

- MARTINS, José de Souza. Sociologia e militância. In: Ib. Florestan: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.
- MARX, Karl. O capital. Livro I, vol. II, São Paulo: Difel, 1984.
- _____. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PALOSCHI, Roque. Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas. CNBB. 09 jun. 2014.
- PEREIRA, Renée. Amazônia atrai R\$ 130 bilhões, mas enfrenta novos problemas. O Estado de S. Paulo. 31 mai 2014.
- PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAGO FILHO, Antonio. A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista. Belo Horizonte, Verinotio, n. 9, Ano V, nov. 2008
- RIBEIRO, Cassiano; FERREIRA, Giovani. Com soja na arca, Roraima elimina entressafra. Gazeta do Povo. Jornal de Londrina. 8 jun. 2014.
- ROMÃO, Wagner de Melo. Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das letras. 1999.
- SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T. Quieiroz, 1980.
- SANTOS, Theotônio. Dependência e mudança social. Cadernos de Ciências Sociais, nº1. Santo André: Fafil, 2005.
- WALBERT, Allan. Atividade mineradora na Amazônia brasileira ocupa territórios indígenas. Portal EBC. 03 dez. 2012.
- ZERMENHO, Sergio. Imperialismo y desarrollo capitalista tardio. (Una crítica al concepto de dependencia). Mexico: UNAM, 1979.